

e-books
NÚCLEO DE FORMAÇÃO

Um Passeio pela História do
Liberalismo



Copyright © 2020 Brasil Paralelo
Os direitos desta edição pertencem a Brasil Paralelo

Editor Responsável: Equipe Brasil Paralelo
Revisão ortográfica e gramatical: Equipe Brasil Paralelo
Projeto de capa: Equipe Brasil Paralelo
Produção editorial: Equipe Brasil Paralelo

Gomes, Ricardo

Um Passeio Pela História do Liberalismo: aula 1

ISBN:

1. Economia 2. Liberalismo

CDD 330

Todos os direitos dessa obra são reservados a Brasil Paralelo.
Proibida toda e qualquer reprodução integral desta edição por qualquer meio ou forma, seja eletrônica ou mecânica, fotocópia, gravação ou qualquer outro meio de reprodução sem permissão expressa do editor.

Contato:

www.brasilparalelo.com.br

contato@brasilparalelo.com.br

SINOPSE

Neste primeiro e-book dos cinco pertencentes ao curso “Um passeio pela história do Liberalismo”, você tem a oportunidade de conhecer quatro momentos fundamentais da formação do liberalismo, compreendendo, de forma mais significativa, o que é esse movimento político e quais seus marcos históricos.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Ao final dessa leitura, é recomendável que você saiba: o que é liberalismo; qual a diferença entre o aspecto liberal da economia e o liberalismo; quem fundou o liberalismo como teoria política; quais os quatro momentos da história do liberalismo citados e o que cada um deles representou/adicionou ao pensamento político liberal.

INTRODUÇÃO

Este curso, chamado “Um passeio pela história do liberalismo”, é Inspirado no curso de Oxford “*A romp through the history of philosophy*”, uma travessia pela história da filosofia.

Esse passeio que faremos é descompromissado, no sentido de que não temos a pretensão de construir e sistematizar todos pensadores e pensamentos liberais e todos os eventos importantes para a constituição do liberalismo como corrente política. Fizemos a seleção de alguns pontos na história que foram fundamentais para constituir o que hoje entendemos como liberalismo.

Com isso, surge a primeira questão: o que é liberalismo? Particularmente, gosto de compreender o liberalismo a partir dessa construção histórica, pois é uma forma não-doutrinária, não-dogmática de expressar o que é liberalismo. É uma forma de enxergar na história, e buscar, na história, em que momento cada componente do pensamento liberal aderiu, por assim dizer, à tradição liberal, e quais foram os momentos cruciais para que o liberalismo se fortalece-se na história.

Falaremos de nove momentos da história do liberalismo. Evidentemente, tivemos que selecionar um marco inicial para o nosso passeio. O primeiro acontecimento é o próprio nascimento do liberalismo, com a publicação, em 1674, do “Segundo Tratado sobre o Governo Civil”, também conhecido como “Dois Tratados sobre o Governo” de John Locke. É justo indagar por que não voltamos ainda mais no tempo. A resposta está no fato de que aquilo que compõe o cerne do liberalismo

remonta a uma tradição política muito mais antiga, desde a Grécia Antiga. Boa parte do direito de propriedade moderno já estava prescrito no direito romano. A proteção à vida é tão antiga quanto o homem. Na própria Bíblia, há normas compatíveis com o liberalismo. Na tradição grega, na tradição romana, nas tribos germânicas, igualmente. Há, através da história, a construção de fundamentos que viriam a compor o liberalismo. Para dar um exemplo anterior a Locke, gosto de pontuar, na conquista da América, o trabalho de compreensão da dignidade da pessoa humana dos índios, uma disputa entre Bartolomeu de Las Casas e Francisco Marroquín, dois bispos da Igreja Católica no continente. É um exemplo de reconhecimento de um valor humano que veio a integrar o bojo do que é liberalismo.

Para tratar do liberalismo, escolhemos nove pontos da história.

- 1) O nascimento do liberalismo com John Locke, o qual influenciou na Revolução Gloriosa na Inglaterra;
- 2) O Iluminismo Escocês;
- 3) Declaração de Independência dos Estados Unidos;
- 4) Revogação das Corn Laws na Inglaterra;
- 5) Independência da América Latina;
- 6) O Movimento Abolicionista, com foco no Brasil;
- 7) A Segunda Guerra Mundial;
- 8) Movimento de Direitos Civis nos Estados Unidos
- 9) A queda do Muro de Berlim.

Uma discussão mais ampla e mais profunda seria possível, mas tivemos que fazer opções e escolhemos esses nove momentos porque são, de alguma forma, constitutivos da forma do liberalismo hoje. Se dispusermos de tempo, poderemos falar de um décimo momento: a revolução marginalista, em que trataremos sobre o conceito de valor que, posteriormente, foi incorporado pela escola austríaca e pelo *mainstream* econômico.

Neste primeiro e-book, abordaremos os quatro primeiros momentos.

O que é liberalismo?

Poderíamos tratar, durante uma aula inteira, acerca dos variados conceitos de liberalismo: o que se entendia por liberalismo na França, o que se entende por liberalismo na Inglaterra, o que passou a se entender por liberalismo nos EUA. Além

dos diferentes conceitos de cada um dos pensadores. Por isso, meu objetivo não é conceituar liberalismo a partir do pensamento liberal, mas a partir da história e de eventos na história liberal. Mesmo assim, não podemos entrar na história sem uma certa contextualização.

Na minha concepção, o liberalismo é uma corrente na história, que não é uníssona, que não é uniforme. Muitas vezes, as pessoas querem saber o posicionamento do liberalismo acerca de certos temas. No entanto, o liberalismo engloba muitos indivíduos. Por ser uma tradição, o liberalismo é uma escola de pensamento bem ampla para ter uma opinião única sobre, por exemplo, o aborto.

Gostaria de chamar atenção que, nos Estados Unidos, houve uma inversão do termo liberal. Nos textos modernos, não pode-se fazer a tradução literal da palavra *liberal*, pois estará incorreta. Nos Estados Unidos, o termo *liberal* assumiu uma conotação de esquerda, especialmente em termos fiscais, em intromissão do Estado em assuntos sociais, normalmente relacionados ao partido Democrata norte-americano, bastante distantes dos ideais dos *Founding Fathers*, os quais rapidamente abordaremos também. Esse é o primeiro ponto: a palavra *liberal*, em termos modernos, seguramente não é liberal segundo a tradição da qual estamos tratando.

Um segundo aspecto a ser abordado é que está em voga declarar-se liberal em economia e conservador nos costumes. Hoje, frequentemente escutamos isso. A forma como eu pretendo tratar o liberalismo é como uma corrente de pensamento político. O liberalismo é uma corrente política. Uma ideologia, se preferirem. Um conjunto de máximas e preferências para organização e a atuação do Estado. O liberalismo, como eu pretendo tratá-lo, não é uma teoria da moral, ainda que apresente aspectos éticos e morais, e não é uma teoria econômica.

A economia é uma ciência que estuda fenômenos da sociedade. A economia não é liberal, nem conservadora, nem comunista, nem socialista. A economia é certa ou errada. É claro que, a partir de ensinamentos econômicos, iremos fazer adequações no nosso pensamento político. É óbvio que a economia influi no pensamento político, e vamos passar por um caso que ilustra bem isso, mas nós não trataremos da Escola Austríaca, ou da Escola de Chicago, ou da disputa entre Hayek e Keynes, muito menos da discussão da possibilidade do cálculo econômico no socialismo. Isso são temas da ciência econômica.

Igualmente, não iremos discutir aspectos privados, da moral, que não digam respeito à organização política do Estado. Há intersecção no valor da tolerância, por exemplo, reconhecimento uma virtude muito cara aos liberais, tanto que, em alguns dos conflitos do liberalismo, inclusive com o conservadorismo, a tolerância religiosa se tornou um dos pilares fundamentais do liberalismo. É evidente que existem relações, mas estou tratando, aqui, de uma forma de enxergar o Estado.

O liberalismo é uma corrente de pensamento político que entende que: primeiro, a liberdade é o valor político mais importante, a vida e, usando uma expressão de John Locke, a propriedade, embora, para ele, a palavra propriedade englobe muito mais coisas. São valores orientadores do pensamento político. São valores da organização do Estado e este não pode se imiscuir nisso. É, também, uma corrente de pensamento político que acredita em *limited government*. Há uma série de outros aspectos, os quais eu pretendo ir desenhando à medida que falamos.

Liberalismo - Uma doutrina política

Nosso passeio pela história do liberalismo começa a partir do seu nascimento como doutrina política, desenhada por John Locke¹ no século 17.

Na primeira parte da obra “Dois Tratados sobre o Governo Civil”, John Locke contextualiza com quem estava debatendo na época. Existe uma discussão acadêmica, que perdura até hoje, acerca do ano em que a obra foi escrita. Antes, pensava-se que o livro havia sido escrito para defender a Revolução Gloriosa. Atualmente, no entanto, é praticamente um consenso de que foi escrito em um momento anterior a esta, por volta de 1674-1676.

Naquela época, Locke dialogava com dois pensadores: Thomas Hobbes e Robert Filmer.

Thomas Hobbes é o criador da teoria do Contrato Social, segundo a qual o homem existia, antes do governo, no estado de natureza, isto é, sem uma sociedade organizada. Deste modo, o homem se juntou em sociedade e constituiu um governo através de um contrato social, para se protegerem uns dos outros. A frase de Hobbes era que, em estado de natureza, sem que exista governo, o homem é o lobo do homem. Isso quer dizer que todo homem pode ser morto por seu semelhante e que,

¹ John Locke escreve para o inglês comum do seu tempo, isto é, seu texto não é acadêmico, não tem um linguajar filosófico profundo, é um texto que flui. Vê-se que é um texto escrito para convencer a massa leitora britânica.

individualmente, ninguém é forte o suficiente para que duas ou três pessoas unidas não o possam matar. Para Hobbes, em estado de natureza, o homem vive numa sociedade ruim, em que o homem é perigoso e mau. Portanto, os homens estabelecem o governo para defender a sua vida. Para defender a sua vida, o homem entrega sua liberdade ao Estado. Isso significa que o governo pode tudo, desde que defenda a vida de seus súditos. O governo é somente um grande policial que impede que as pessoas se matem. Assim, as pessoas entregam sua liberdade para o governo em troca da garantia da vida. Essa é uma das visões com a qual Locke dialogava.

A segunda teoria, de Robert Filmer, talvez pareça risível hoje para nós. É a teoria do direito divino do soberano, de acordo com a qual o rei é rei por um direito divino. Nos documentos medievais, estava escrito que o rei era rei pela graça de Deus. Filmer afirma, basicamente, que quando Deus deu a terra aos homens, a deu a Adão e não aos homens em comum, e que Adão, o seu primogênito, herdou a terra, e os seus primogênitos das gerações seguintes, portanto, têm mais direitos que os não primogênitos. Por isso, os reis são resultado da linha direta de sucessão de Adão, sendo os herdeiros da terra e do poder. Em 1674, a Inglaterra vivia a dinastia de Stuart, que apresentou quatro reis muito problemáticos: Charles I, que fechou o parlamento e terminou decapitado, James I, James II e Charles II. Por uma série de questões, James II foi deposto na Revolução Gloriosa de 1688. A dinastia Stuart ameaçou se tornar uma dinastia católica em um país protestante, em um país que desde Henrique VIII, no século 16, tornara-se sede da sua própria igreja, da igreja da Inglaterra. James II, rei da Inglaterra, tinha uma filha católica, pretendente ao trono, e começou a alterar as leis de tolerância religiosa, oprimindo a Inglaterra de volta ao catolicismo. Em 1688, *the bloodless revolution*, a revolução sem sangue, porque não houve batalhas, nobres ingleses se revoltaram contra ele e convidaram William D'Orange para tomar o trono inglês. William invadiu a Inglaterra junto com Mary, filha de James II, e tomou o trono inglês. Vivia-se, portanto, um momento de discussão do poder do rei e da maior ameaça absolutista desde Henrique VIII. E é a isso que John Locke escreve. É contra essa visão do poder absoluto do rei, seja por herança de Adão seja porque, supostamente, o contrato social teria entregue tudo ao rei.

John Locke, especialmente no capítulo 9 e seguintes, versa acerca de “os fins da sociedade política e do governo”, sendo o primeiro a sistematizar uma visão que hoje temos como liberal de quais são os fins e os limites do poder do Estado. De acordo com Locke, “O grande e supremo fim, portanto, de os homens se juntarem em

sociedades políticas e se colocarem sob o governo é a preservação de sua propriedade”. Prosegue que “a preservação de suas vidas, liberdades e propriedades propriamente ditas, a isso chamo pelo nome geral de propriedade”. Então, “o fim do Estado maior é a preservação da vida, das liberdades e das propriedades das pessoas”. John Locke adota a narrativa de estado de natureza presente em Hobbes, mas afirma que, na verdade, antes do governo, todos os homens tinham todos os direitos. Era uma sociedade boa. Entretanto, faltam-se coisas como, por exemplo, uma lei estabelecida igual para todos. Segundo, “no estado de natureza, falta um juiz conhecido e indiferente”, imparcial, porque, no estado de natureza, sem governo, cada homem é juiz do seu próprio caso. Se, por exemplo, meu vizinho derruba meu muro e eu vou a casa dele pedir reparação, o direito de reparação é justo, mas é a própria parte que julga isso se não há governo. Locke afirma que, para resolver o problema da ausência de um juiz imparcial, também surge o Estado. Terceiro, “no estado de natureza falta poder para executar as sentenças”, porque caso meu vizinho seja mais forte do que eu e resista a me dar a indenização, eu simplesmente não consigo obtê-la. Locke mergulha na origem do Estado, por que este existe, quais são seus fins. Importante notar que ele coloca o poder legislativo como supremo e inverte a lógica do absolutismo. Para Locke, o poder legislativo deriva do povo, depende do consentimento do povo, porque o povo vota. Assim, o rei está sujeito à lei, a qual é soberana. Além disso, as pessoas precisam consentir com o governo para que este exista. Deste modo, não é um direito divino e nem é algo acima da opinião das pessoas. É o consentimento que faz o governo.

Locke prossegue até expor os três limites do poder legislativo:

- 1) Não pode ser arbitrário sobre as vidas e as fortunas das pessoas. O legislativo ou a autoridade suprema não podem tomar para si poderes arbitrários, porque dependem da autorização do povo. “É apenas para administrar a justiça e decidir os direitos promulgando leis que serve [o legislativo].
- 2) O poder supremo não pode tirar do homem qualquer parte da sua propriedade sem o seu consentimento.

Repare que Locke está afirmando que para a preservação da liberdade é preciso que haja um estado. Ademais, ele está dizendo, reiterando uma antiga regra inglesa, que *no taxation without representation*, ou seja, o governo não pode te tirar

da propriedade sem o teu consentimento, o qual não é, necessariamente, um acordo expresso.

3) O poder legislativo não pode transferir o poder de fazer as leis para outras mãos, porque ele a teve delegada do povo.

O povo delega para o poder legislativo o direito de fazer as leis. Há o nascimento do pensamento liberal de forma consolidada.

Até o terceiro momento que abordaremos, seguramente, “Dois Tratados sobre o Governo Civil” é o maior e mais importante trabalho sistemático sobre o liberalismo político.

Como o governo é limitado, existe para proteger as vidas, as liberdades e as propriedades das pessoas, quando deixa de fazer isso, torna-se tirânico. John Locke diz que, nessas circunstâncias, o governo se coloca em estado de guerra contra seus súditos e admite a possibilidade de dissolução do governo, até mesmo por revolução. Segundo John Locke: “O governo que se torna tirânico possa ser dissolvido por resolução. Nesses, e em outros casos, quando o governo é dissolvido, as pessoas estão em liberdade para prover, por si mesmas, erigindo um novo legislativo, diferente do anterior, mudando as suas pessoas, a forma, ou ambos, como eles achem que melhor provê segurança e bem, porque a sociedade não pode perder os seus direitos originais e naturais que, para ser preservados, precisam de um poder legislativo e um poder executivo justo e imparcial seguindo as leis. Sempre que o legislador se esforça para tirar ou destruir a propriedade do povo [propriedade em sentido amplo] ou reduzi-los à escravidão sob poder arbitrário, ele se coloca em estado de guerra com o povo que está, então, absolvido de qualquer obediência e está deixado ao refúgio comum que Deus proveu a todos os homens contra a força e a violência que é a guerra”.

Durante essa leitura, eu pensei muito na Venezuela lendo isso. Ontem, em Caracas, houve uma manifestação gigantesca e eu me questionava até que ponto essas manifestações cresceriam, na situação em que está a Venezuela, sem que isso vire uma praça de guerra. Qual é o ponto em que isso vai se tornar uma praça de guerra? E esse trecho do Locke falou comigo sobre esse tema.

Locke ainda afirma que quando estamos em estado de natureza, em que não há um juiz para o qual apelar, cabe apenas apelar para o céu, *appeal to heaven*, que, aliás, é a expressão que está estampada em um das bandeiras das colônias americanas posta durante a revolução. Um apelo aos céus pois não há apelo ao juiz. Quando o homem entra em estado de sociedade, estabelece um governo e passa a

ter um juiz para o qual apelar. Nós vamos ao poder judiciário. O que acontece na Venezuela é o que diz Locke: quando o governo se coloca em estado de guerra contra o povo, este não tem mais a quem apelar a não ser, de novo, aos céus, e colocar-se em estado de guerra contra seu próprio governo. Esse texto do Locke é moderno para algumas questões.

Locke também afirma que a propriedade nasce através da herança de Adão e aborda a questão do trabalho, a qual é muito mal interpretada.

Qual a explicação de Locke para o direito de propriedade? Ele diz que Deus deu a terra em comum para todos. Tudo é de todo mundo. Mas, se tudo é de todo mundo, Deus não nos deu por acidente, deu-nos para que a usássemos. Quando o sujeito pega uma maçã para comê-la, está se apropriando dela. Então, para que o homem possa usar, ele precisa tornar-se proprietário. E como ele se torna proprietário? A maçã está na natureza, não é de ninguém. O trabalho do homem é dele. Ao colher a maçã, o homem mistura seu trabalho com a natureza. Frase de Locke: “todos sabemos que o homem é dono do seu trabalho”. Nessa mistura do seu trabalho com a natureza, seja para caçar, colher, plantar, o homem se torna o dono. Mais tarde, Locke afirma que alguém que semeia uma terra, faz esta valer muito mais do que em estado de natureza, uma vez que produz muito mais. Consequentemente, o trabalho atribui valor à terra. E há aí uma confusão sobre um problema que surgiu muito mais tarde em Karl Marx.

Marx diz que só o trabalho cria valor e que, portanto, o lucro do empregador é expropriação do trabalho, afinal, quem trabalhou é quem criou valor. Por isso, “a classe trabalhadora tudo produz e à ela tudo pertence”. Ora, a solução está no próprio John Locke. Primeiro, porque este diz que é possível comprar trabalho, pois todos os bens, a partir do advento da moeda, são conversíveis em moeda. O trabalhador recebe, em moeda, a sua terra. Portanto, o trabalhador não tem direito à terra, mas à moeda que contratou com quem comprou o seu trabalho.

Essa discussão não é da época do Locke e apresenta uma série de sutilezas. Entretanto, eu entendo que o valor trabalho do Locke não é o mesmo valor trabalho de Marx. Não são a mesma coisa. Até porque Locke fala nisso como um fundamento para a existência do direito de propriedade. E Marx inverte isso. Marx dá uma volta para dizer que isso é o fundamento para extinção do direito de propriedade. Há uma sutileza que pode ser mais aprofundada. Por isso, talvez o décimo momento histórico

de que vamos tratar é o surgimento da teoria marginalista, que versa sobre a questão de como se gera valor.

Esse é o momento de um pensador. Não é um momento político propriamente dito. Não é um momento histórico em si. Mas há um grande impacto do surgimento da teoria liberal em John Locke.

Importante mencionar que Locke influenciou, profundamente, a revolução gloriosa na Inglaterra. E veremos muito do seu pensamento na Declaração de Independência dos Estados Unidos. É perceptível como Thomas Jefferson leu Locke e reproduziu na Declaração de Independência aqueles ensinamentos de Locke.

O Iluminismo Escocês

Nosso percurso foi traçado em ordem cronológica. Por isso, nosso segundo momento é o iluminismo escocês. Eu poderia utilizar uma data específica, mas, se no primeiro falamos acerca de um livro, no terceiro falaremos acerca de uma revolução e no quatro de uma lei, nesse segundo momento, estamos falando de um movimento. São momentos variados da história do liberalismo.

Conforme declarei, o liberalismo é uma tradição, muito ampla, que hoje produziu correntes que, às vezes, discutem entre si, uma vez que há uma diversidade dentro do pensamento liberal. Há alguns que quase rompem com a tradição liberal, como os anarcocapitalistas. Deste modo, o liberalismo não é uma resposta única, mas sim uma corrente de pensamento. Como corrente, como tradição, apresenta uma fronteira. Ainda que existam posicionamentos díspares internamente, há concepções que não são liberais, transcendem a fronteira. Isso não significa relativizar o conceito, mas expor que abarca algumas posições diferentes.

O termo iluminismo normalmente causa arrepios, especialmente em católicos mais conservadores. Devido a isso, sempre enfatizo o escocês, porque a sua contraparte, o iluminismo francês, terminou com igrejas sendo queimadas, padres sendo decapitados na guilhotina, proibição da religião, a supressão da liberdade de expressão, e uma série de desastres que são tudo menos liberais. O iluminismo escocês, por outro lado, dentro da tradição britânica, produziu um dos momentos mais ricos da história intelectual do mundo moderno.

Estamos nos referindo ao período compreendido entre os anos de 1750 até 1815. Há pensadores e pensamentos importantes tanto antes quanto depois dessas datas, mas, nesse intervalo, existe um volume, uma aglutinação de pensadores e a

adoção de um método científico. Há uma nova forma de abordagem para questões políticas e, principalmente, morais, e surgem novas ciências. Adam Ferguson, pai da sociologia e Adam Smith, pai da economia. Existe uma expansão do conhecimento a ponto de, em determinado momento, os professores das quatro antigas universidades (Saint Andrews, Aberdeen, Glasgow e Edinburgh) trocarem cartas entre si e isso produzir um conjunto de pensamento, em certo sentido, revolucionário.

Por quê? Primeiro, um pensamento racionalista, no sentido não da negação da existência de Deus, e estão entre eles Adam Smith e David Hume, os quais não nos deixam mentir, pois acreditavam em Deus, ao contrário dos iluministas franceses, mas uma abordagem racionalista dos fenômenos sociais. Há, também, um humanismo, no sentido de, talvez seguindo um pouco a tradição iniciada por Locke, entender o governo e os fenômenos sociais a partir da experiência na terra. A grande palavra seria empirismo. Ao contrário do iluminismo francês, que adota o racionalismo construtivista, o qual quer construir a sociedade a partir da razão, o empirismo é um método de observação da sociedade através dos sentidos e da racionalização em cima da observação. Observa-se os fenômenos, raciocina-se sobre eles. Isso é o fundamento empirista do iluminismo escocês.

Pergunta: a respeito dessa questão epistemológica, de certo modo, o iluminismo escocês também tem um vínculo forte com a noção de senso comum, mais do que o iluminismo inglês que talvez seja mais empirista do que o escocês.

Especialmente na questão moral. A teoria dos sentimentos morais de Adam Smith é absolutamente coerente com os ensaios morais de Hume. Aliás, os dois eram amigos e eu trouxe as correspondências do Adam Smith para, se der tempo, ao final, ler algumas cartas trocadas entre este e David Hume. A grande frase do David Hume é: a origem da moral não pode ser explicada a partir da razão. Existe um senso, um sentimento moral, que é natural do homem. Eles não dizem que é divino, porque não é possível identificar a origem. O Adam Smith fala que não sabe da onde vem.

É preciso saber que Ayn Rand estava em profundo desacordo com a visão da moral de Adam Smith, pois, para ela, a moral nasce da razão. Nós julgamos uma coisa através da razão e lhe atribuímos valor moral. Só a razão é moral. Adam Smith, por outro lado, afirma que a origem da moral não é a razão, é um sentimento que nós temos sobre o qual, raciocinando, elaboramos leis morais. Mas estas partem de um sentimento. Para quem acha que “A Riqueza das Nações” é uma ode ao egoísmo, vejamos a primeira frase da Teoria dos Sentimentos Morais: “Por mais egoísta que

se possa supor o homem, existem, evidentemente, em sua natureza, alguns princípios que o fazem interessar-se pela sorte dos outros e fazem com que a felicidade dos outros lhe resulte necessária. Ainda que não derive [da felicidade dos outros] nada mais do que o prazer de contemplá-la”. Isso é a frase de alguém que defende o egoísmo como regra de convivência humana? Percebam como não afirma que a origem da moral é divina, rompendo com o pensamento cristão tradicional que vê a moral advinda da revelação: “existem evidentemente *na sua natureza* alguns princípios”. Ele não responde que natureza é essa, porque esta é inobservável e, no empirismo, estamos falando de fenômenos observáveis. Adam Smith escreve a Teoria dos Sentimentos Morais ao observar como os homens se comportam, e, com base no que funciona ou não funciona, escreve a Riqueza das Nações.

O empirismo, portanto, é a base do iluminismo escocês.

Pergunta: qual a relação entre o iluminismo francês e o iluminismo escocês? Eles são absolutamente diferentes². Hayek enfatiza o que, para mim, é a diferença fundamental o tempo inteiro em “Fundamentos da liberdade” e também no “Direito, Legislação e Liberdade”. O iluminismo francês é racionalista, isto é, parte da abstração da razão, parte do abstrato, para construir o concreto. Vou dar um exemplo político disso: a Assembleia Nacional Constituinte francesa se reuniu para decretar o bem e a felicidade geral de todos os povos. Constituiu um país com o lema liberdade, igualdade e fraternidade. Algum francês saberia dizer, na época, o que é liberdade, igualdade e fraternidade? Não. Nunca tinham experimentado isso. Viviam em uma monarquia absolutista. Mas idealizaram um país e tinham que fazer a realidade caber no ideal. Outro exemplo dessa forma de pensar é o marxismo. Descartes igualmente deu o pontapé do racionalismo em seu livro “Discurso sobre o método”, em particular para influenciar o iluminismo francês, no qual compartilha essa percepção da razão como algo que se pode confiar, ao reparar que uma cidade ficava melhor organizada qual era planejada. Mais, Descartes diz que quando mais de uma pessoa se envolve, o planejamento fica pior. Então é melhor que seja uma pessoa só planejando a sociedade. Isso aqui é um pensamento dedutivo. Eu primeiro penso a lei, depois eu dou um jeito de enquadrar a vida real.

² Essas diferenças foram aprofundadas no curso “As origens do Estado” disponível na aba “Núcleo de Formação” na plataforma de Membros Assinantes.

O iluminismo britânico, em especial o escocês, mas também o inglês, é empirista, ele nasce na observação do caso concreto e depois faz uma abstração racional sobre isso. Então, a razão não faz a realidade para os escoceses e para os ingleses. A razão tem que interpretar a realidade como ela existe. A razão, o pensamento, não faz realidade, ele entende a realidade. Nós saímos do que acontece, do mundo real, para raciocinar. Isso é o que mais me dava raiva nas minhas aulas de filosofia no colégio, quando o professor dizia que a função da filosofia é mudar o mundo. E não o entender? Não, a função do filósofo é construir a realidade. Nosso professor de filosofia do colégio provavelmente adorava a revolução francesa ou pelo menos o aspecto racionalista dela.

Eu prefiro entender a realidade. E, por isso, até disse no início da aula, que prefiro não dar um conceito abstrato e perfeito de liberalismo, mas gosto de enxergá-lo na realidade e, a partir da forma como o liberalismo foi se formando, tentar conceitualizar o melhor possível. Essa é uma distinção bem importante.

Por isso, prestem atenção quando disserem que o iluminismo francês é liberal. O iluminismo francês resultou em algo que de liberal não tem nada. O iluminismo francês resultou na revolução francesa, que resultou no terror, que resultou no império napoleônico. Resultou em uma série de guerras e massacres dentro e fora da França.

A Declaração de Independência dos Estados Unidos

Chegamos ao nosso terceiro momento no passeio pela história do liberalismo. O clima de ideias produzido conjuntamente por John Locke e Adam Smith nos levam ao ano de 1776, mais especificamente, no dia 4 de julho, quando ocorre a declaração de independência dos Estados Unidos. Como dizem os britânicos, duas coisas importantes aconteceram em 1776: houve a publicação de “A Riqueza das Nações” de Adam Smith e, claro, houve uma revolta em uma das colônias, que é a Revolução Americana³.

A Revolução Americana é filha da história da Inglaterra. Em 1773, teve início uma querela entre a colônia de Massachusetts, em Boston, contra a Coroa Britânica. Todo material impresso como livros, jornais, cartas de baralho, levava um selo.

³ No curso “As origens do Estado”, há uma aula sobre a contribuição americana para o constitucionalismo. Nesta, abordo a história da Revolução Americana, como aconteceu e o tão profundamente que estava relacionada com a história da Inglaterra e com o desenvolvimento do pensamento político inglês.

Ao contrário do Brasil, que só foi ter uma prensa em 1808, com a vinda da família real de Portugal para o Brasil, nos Estados Unidos, a prensa era comum, e a imprensa, embora vigiada, era livre. Para tudo que era impresso se pagava um selo e, sob esse selo, a Coroa Britânica começou a cobrar um imposto. Os americanos declararam que não haviam votado para o parlamento inglês, o que, portanto, feria algo que John Locke já tinha dito e que estava presente na Magna Carta, que é o *no taxation without representation*, o poder não pode tirar de qualquer homem qualquer parte de sua propriedade sem o seu consentimento. Isso é da tradição britânica.

Tantas foram as agressões do rei da Inglaterra a direitos consolidados dos britânicos que moravam nas colônias que, em 1776, depois de uma série de conflitos entre os colonos e o rei da Inglaterra, uma assembleia foi reunida. As treze colônias elegeram representantes para mandar para Filadélfia. Na primeira vez em que se reuniram, eles não decidiram nada. Na segunda reunião da assembleia, chamada de Congresso Continental, no dia 4 de julho de 1776, as colônias inglesas declararam a sua independência da Inglaterra e assinaram a Declaração de Independência dos Estados Unidos.

Esse é, talvez, o momento mais marcante do liberalismo político, seguramente do século 18, e, talvez, um dos mais marcantes de toda a história. Ao final da Guerra, Lord Cornwallis, comandante das Forças Britânicas, disse: “como é possível o maior exército do mundo perder uma guerra para um bando de fazendeiros armados de forcados?”. A vitória da Inglaterra foi quase um milagre. Os americanos vencem a revolução e proclamam sua independência.

A Declaração de Independência dos Estados Unidos é, talvez, o melhor resumo da obra de John Locke que nós encontraremos em qualquer lugar. Uma comissão, com cinco membros, foi eleita pelo Congresso Continental para escrever a declaração de independência. Dela faziam parte John Adams, Benjamin Franklin, Thomas Jefferson. Este último escreveu o rascunho, o qual levou para reunião com o restante da comissão. Benjamin Franklin fez alguns ajustes. O Franklin era diplomata, um político experimentado, e deu uma arredondada na declaração de independência. A Declaração foi votada no dia 4 de julho de 1776, por 12 votos favoráveis e a abstenção da colônia de Nova York, que estava, na época, cercada pelos britânicos, e, portanto, sob uma forte coação. Eles conquistaram o voto unânime que queriam, uma vez que a abstenção não conta.

Por isso, a Declaração de Independência começa assim: *the unanimous declaration of the thirteen united states of America*. A declaração unânime dos treze estados unidos da América. Observe que eram treze estados unidos e não uns estados unidos. Esse conceito de que era um país só, surgiu somente com a constituição americana. Essa discussão ainda está em vigor, mas, para mim, a constituição americana estabelece um governo federal e os Estados Unidos como um país. Havia muita autonomia para os estados, mas é clara a intenção de formar um governo comum.

Muitos dizem que a constituição americana falou, que os Estados Unidos não são o que eram, originalmente. Tenho ressalvas a essa visão mais catastrofista de que a constituição americana acabou, ainda que seja verdade que os Estados Unidos se tornaram um governo federal muito maior do que aquele previsto pelos *founding fathers*.

Mergulharemos na declaração de independência, porque quero chamar atenção para quanto vários aspectos seus remetem a Locke. Primeiro, a declaração começa com uma justificativa de por que está sendo escrita. Consta: “quando no curso dos eventos humanos torna-se necessário que um povo dissolva os laços políticos que o unem a outro, um respeito pela opinião da humanidade faz com que eles sejam obrigados a declararem as causas que o levaram à separação”. Isso é totalmente Locke. “Nós temos essas verdades como autoevidentes⁴: todos os homens foram criados iguais, dotados por seu criador de determinados direitos, entre os quais estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade”. Portanto, os direitos não vêm do governo. Locke falava da vida, da liberdade e da propriedade. Eles trocaram propriedade por busca da felicidade. No próximo trecho vem o fundamental, que é o lockeano. “Para assegurar esses direitos, governos são estabelecidos entre os homens”. É exatamente o que John Locke afirma no “Segundo Tratado sobre o Governo Civil”, que é para assegurar os direitos que os governos são estabelecidos. Pergunta: Por que busca da felicidade em vez da propriedade?

Há tratados e tratados sobre isso, com teses contraditórias. Pelo menos para a maioria, para o Jefferson, a busca da felicidade implicava o controle dos meios para obtê-la de forma autônoma. A minha felicidade é este projeto de vida e, portanto, a

⁴ Autoevidentes é uma frase que foi posta por Benjamin Franklin.

propriedade é instrumental na construção do projeto de vida de cada um. Então, está incluído o direito de propriedade na visão dele de busca da felicidade.

Continuando: “Para garantir esses direitos os governos são estabelecidos, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados”. Isso também é uma concepção de John Locke, presente na declaração de independência.

Mais: “Quando qualquer forma de governo se torna destrutiva desses fins, é direito do povo alterá-lo ou aboli-lo”. É bem o que disse Locke. “[...] alterar ou aboli-lo e instituir um novo governo lançando suas fundações em tais princípios e organizando seus poderes de tal forma, que para eles pareça mais provável de atingir a sua segurança e sua felicidade”.

Atentem para como é parecido com a expressão do Locke: “o povo está em liberdade de prover por si mesmo e erigir um novo legislativo diferente do anterior mudando as pessoas, a forma ou ambos, que tal forma lhe pareça mais útil para sua felicidade e bem-estar”.

Locke está exposto na visão da declaração de independência dos Estados Unidos, uma nação que nasce do zero.

E por que isso é tão importante na história? Porque o 4 de julho de 1776 é o mito fundador dos Estados Unidos. É um fato. Porque é um mito fundador? Porque é *autoritas*, é o momento para o qual todos se voltam na hora de compreender o que é a América. Antes do jogo de futebol, entram as bandeiras das cinco forças uniformizadas, a bandeira dos estados unidos. As quatro bandeiras batem e a dos Estados Unidos permanece. Executa-se o hino nacional, os aviões sobrevoam o estádio, fazendo referência a um pedaço do hino que diz *And the rockets' red glare*, “a chama vermelha dos foguetes” (lembrando os foguetes lançados no Forte Baltimore na guerra de 1712) revivendo o mito fundador o tempo inteiro. Vemos nos filmes as crianças fazendo teatro da declaração de independência. É a interpretação constante e é o momento fundador de um país criado dentro da filosofia de Locke, dentro do contexto do iluminismo escocês. É o primeiro país que nasce neste contexto. Sob estas ideias. E isso, esse mito fundador, projetou o futuro dos Estados Unidos com estas ideias. Vilipendiadas, muitas vezes, abandonadas em outras, enfraquecidas em muitos momentos, mas, sem dúvida nenhuma, isso é um dínamo e é um vetor da história americana. Se perguntar para qualquer americano, os Estados Unidos é a terra do quê? Ele responde: é a terra dos livres, é a terra da

liberdade. E essa é uma das grandes marcas liberais na história, a fundação dos Estados Unidos em 4 de julho de 1776.

Pergunta: podemos dizer que esse dna de Locke dentro da declaração de independência dos Estados Unidos concede ao povo americano um status de poder moderador, com essa capacidade de dissolver as forças que por ventura possam estar oprimindo o povo?

Eu não colocaria dessa forma. Eu não daria o nome de poder moderador. Mas, sem dúvida nenhuma, está na concepção do estado americano a ideia de que se o governo se torna opressor é papel e é direito do povo derrubar o governo. E, de certa forma, a teoria de que o governo deriva do consentimento dos governados é isso. E eu vou casar isso aqui, para te responder um pouco mais, com uma frase do Abraham Lincoln: *government of the people, by the people, for the people*. Governo do povo, pelo povo, para o povo. Do povo: é a força de legitimação. Pelo povo é a forma de exercício do poder. Para o povo é o telos do governo, é para o que ele serve. Existe, hoje, muita crítica sobre a constituição americana e sobre o quão ineficiente esta foi para garantir essa liberdade. Tem uma história que conta que Benjamin Franklin foi o primeiro a sair da Convenção Constitucional e uma senhora na rua lhe perguntou: é uma república ou uma democracia? Isso é: é um governo das leis (república) ou é um governo do povo, onde a maioria decide tudo (democracia). E Franklin respondeu: é uma república, se vocês conseguirem mantê-la. É uma relação entre povo e lei curiosa. Porque não é o povo que decide. É a lei que é suprema. A soberania está na lei.

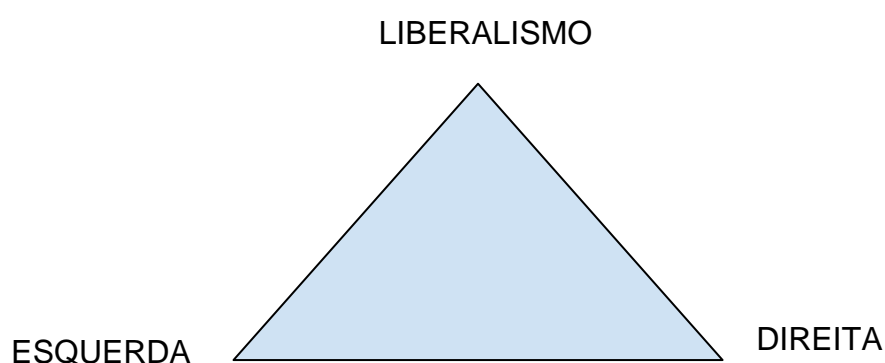
Leia a declaração de independência de novo. O que é ser soberano? O que é a soberania? O soberano é quem faz o direito em última instância. Quem faz o direito na França? Racionalista. Reúne a assembleia, o povo vota, está feita a lei. Esse é o soberano. Quem faz o direito nos Estados Unidos? 'Nós temos essas verdades como autoevidentes, de que todos os homens são criados iguais, dotados *por seu criador* de determinados direitos". Quem deu o direito? Está acima do governo. A soberania não está no voto da maioria. A soberania está no direito. Que, para Jefferson, foi o direito dado por Deus. Mas a soberania está na lei. E é um arranjo sem poder moderador e, talvez, o grande poder moderador dos Estados Unidos sejam os estados. Porque a União divide a soberania, portanto, a lei, com os estados e com o poder local dos municípios.

Então, por que a constituição americana foi insuficiente? Pelas três primeiras palavras do preâmbulo da constituição: *we, the people*. O povo americano, em algum momento, deixou de ser educado em liberdade. É o problema da tomada da Academia, é o problema da mídia, é o problema de uma educação pobre. É um problema de pensamento, de educação. Não é que o povo seja o poder moderador, mas quando o povo não defende a liberdade, não tem saída. Se o povo quiser, e isso é Locke, se o povo quer defender a sua liberdade contra o governo, ele pode e deve. Mas se o povo nem tenta. Aí não tem saída. A saída americana é pela retomada e recuperação do mito. É um país que nasce no momento histórico e nasce com um mito. Vários outros países surgiram como países ou fora de um momento histórico tão definido como esse ou sem a força de um mito. Brasil, para mim, é o exemplo de um país que não tem um mito fundador. A chegada da família real. D. João voltando. A própria proclamação da república sem guerra. O Brasil não tem um mito fundador. Os Estados Unidos têm. E isso faz com que a história dos Estados Unidos volte sempre, ou tenda a voltar sempre, para o dia 4 de julho de 1776, pela força do mito fundador.

The Corn Laws na Inglaterra

Chegamos ao nosso quarto e último momento deste e-book, que é uma historietta pouco conhecida, que certamente não tem a fama e o impacto dos outros três momentos, mas a qual eu gosto de repetir, talvez, porque mostra um pouco do que foi, no passado, a contenda entre liberais e conservadores, já no século 19.

Eu aprendi os espectros políticos da seguinte forma: existem a esquerda, a direita e o liberalismo, conforme demonstra a ilustração abaixo.



Qualquer representação assim, no espectro político, é errada e é uma aproximação grotesca. Isso é para expressar que, quando falam da nova direita, que concilia liberais e conservadores, para mim, isso requer um esforço de adequação, porque o liberalismo, se posteriormente se tornou o grande inimigo da esquerda, em seu nascimento, opôs-se basicamente ao conservadorismo, através da quebra de estrutura de poder contra a qual os conservadores, no mais das vezes, se opunham. Isso nos leva ao nosso quarto momento nesse passeio pela história do liberalismo.

Em 1815, a Inglaterra estabeleceu uma série de leis chamadas *Corn Laws*. Corn, atualmente, significa milho, mas, dentro do conceito da época, a palavra era usada para fazer referência a todos os cereais: milho, cevada, trigo, centeio. Todos esses grãos eram parte fundamental da dieta de um britânico no século 19, especialmente o centeio e o trigo, usados para a produção de pão. As *corn laws* estabeleceram um imposto sob a importação desses cereais a fim de proteger a agricultura britânica. História que todos nós conhecemos com facilidade e reconhecemos no Brasil. Qual era o objetivo das *corn laws*? Manter alto o preço desses víveres para garantir a renda do campo. Qual a questão conservadora aqui? De quem é o campo na Inglaterra? Historicamente, da nobreza. E, portanto, junto com o preço dos víveres, estava-se garantindo a renda da nobreza e, por consequência, o seu poder político, em um momento de Revolução Industrial. Normalmente, chamamos de primeira Revolução Industrial o período entre 1760 e 1830. Deste modo, estamos no *boom* da Revolução Industrial, com uma classe industrial e comercial crescente fazendo pressão política sob uma classe política estabelecida e nobre.

O que acontece? Em 1845, um ano antes da data que queremos abordar, 1846, já fazia muito tempo que havia uma pressão para desfazer essas leis, porque elas mantinham o preço da comida alto. Quanto mais os industriais ganhavam força na Inglaterra, mais as cidades viravam grandes comércios, e mais a pressão sobre os salários importava para a nova economia que surgiu. Um dos primeiros quesitos que pressionava os salários era a comida. Vários trabalhadores recebiam seu ordenado, gastavam em comida e não lhes sobrava nada para comprar roupas ou sapatos, justamente o que as fábricas produziam. Era preciso vender. Havia um ciclo aqui.

É curioso que, em 1844, dois pensadores escreveram um livro sobre a condição de vida da classe trabalhadora inglesa. Eram Engels e Marx. Isso

fundamenta o “Manifesto Comunista” em 1848. Engels e Marx forjam a lei de ferro dos salários, segundo a qual os empregadores sempre vão pagar o mínimo de subsistência para os empregados. E, portanto, se baixar o nível de vida, o nível dos salários também será abaixado.

Neste contexto, desta bobagem de Engels e Marx, em 1845, ocorre a maior quebra de safra da história da Irlanda. *The great famine*. Tanto a safra de batatas quanto a de cereais da Irlanda quebraram. Com a falta de comida, o preço dos alimentos disparou e as famílias pereceram por falta de alimento. Em 1845, já havia uma resistência a essa lei, liderada por um senhor chamado Richard Cobden, o qual fundou a *Anticorn Laws League*, a Liga contra as Corn Laws. Quando começou a fazer resistência a essa lei, Richard Cobden era praticamente sozinho, a ponto de ser ridicularizado por parlamentares por enfrentá-la. Richard Cobden não era parlamentar nessa época, em que a Inglaterra era dividida entre os Whigs (liberais) e os Tories (conservadores). Hayek se dizia um old Whig, partido já extinto quando ele escreveu.

O primeiro-ministro Whig, que defendia o fim das *Corn Laws*, foi chamado de o solitário Robinson Crusoe sentado em uma pedra que diz pela revogação das *corn laws*. Ninguém acreditava neles. Eles passaram trinta anos atacando a lei, dizendo que era prejudicial ao povo da Inglaterra. Uma lei que visava a proteger o campo e aumentava o preço da comida para o pobre inglês. Uma lei intervencionista da economia e protetora do mercado doméstico.

Em 1845, Cobden se elege para o parlamento e briga com o Primeiro- -Ministro Robert Peel, do partido conservador, um tory contrário a revogação das *corn laws*. Ele e Cobden se atacavam mutuamente a ponto de Cobden dizer que a culpa para o alto preço da comida na Grã-Bretanha era responsabilidade do então Primeiro-Ministro Robert Peel. Alguns dias depois, o secretário de Robert Peel é confundido com ele na rua e é assassinado. Robert Peel acusa Richard Cobden de ter incitado a violência contra ele. E eles ficam odiando-se e brigando por causa das *corn laws*.

Em 1845, com a grande fome da Irlanda, o preço da batata e dos cereais dispara na Inglaterra e o povo morre nas ruas, de fome. Então, Robert Peel se convence. Richard Cobden e a *Anti-Corn Laws League*, convence-o de que era preciso revogar o imposto sobre importação de comida para salvar a Irlanda da fome. No entanto, o partido dele era contra. E estamos falando de um sistema parlamentar de governo em que os tories tinham a maioria e Robert Peel era Primeiro-Ministro porque era o líder dos tories. Robert Peel, convencido de que seria preciso derrubar

essa lei para permitir a importação de comida e salvar os britânicos da fome, contra o campo, contra os proprietários de terras e contra a nobreza, aceita a tese dos Whigs e de Cobden e convence uma parte dos membros do seu próprio partido.

Em 15 de maio de 1846, depois de 30 anos brigando, Robert Peel consegue sua última aprovação de lei como Primeiro-Ministro da Inglaterra. Ele consegue aprovar a revogação das *corn laws*. Na votação seguinte, Robert Peel perdeu a votação e perdeu o cargo de Primeiro-Ministro, o que ele sabia que ia acontecer. Robert Peel acabou com uma lei de intervenção, enfrentou todo estamento do campo inglês, a maioria do seu partido, e perdeu o cargo de Primeiro-Ministro, para abrir o comércio internacional de grãos na Inglaterra.

Esse é um momento crucial da história do liberalismo. No dia 16 de maio, no dia seguinte, o projeto chega na câmara dos Lordes, tendo sido aprovado na Câmara dos Comuns. E a Câmara dos Lordes era dominada pelos tories, conservadores, pela nobreza, por grandes senhores de terra. A rainha chamou o seu líder da Câmara dos Lordes e pediu a ele que aprovasse a revogação também na câmara dos lordes. Esse homem era Arthur Colley Wellesley, o primeiro duque de Wellington, o herói que venceu Napoleão na batalha de Waterloo. Proprietário de terras, membro do partido conservador, ele foi ao plenário da Câmara dos Lordes e não falou sobre o projeto, falou sobre o dever que ele tinha para com a rainha. E o dever que todos que estavam ali tinham com a constituição britânica. Por que? Porque “se o povo quer, se a Casa dos Comuns quer, e se a rainha quer, quererá essa câmara dos lordes governar sozinha? O que faremos nós sem o resto da constituição britânica?”. No dia 16 de maio, o maior herói de guerra da história da Inglaterra, junto com um Primeiro-Ministro fraco, sem força, contra seu próprio partido, conseguiu revogar a lei que proibia a importação de comida na Inglaterra e abriu o mercado inglês. O que disse Robert Peel? Como o senhor se convenceu? Eu li os trabalhos de Adam Smith e de um economista chamado David Ricardo e se a Inglaterra tiver que fazer uma transição de um país agrário para um país industrial, assim o povo decidirá. Não será o governo que decidirá que perfil econômico a Inglaterra terá.

Isso é um momento histórico do liberalismo, *the repeal of the corn laws na Inglaterra*, em 1846. Essa história mostra a força do indivíduo quando está convencido.

No dia em que renunciou porque perdeu o apoio de seu partido político, Robert Peel fez um discurso acerca das *corn laws*: “com relação a essa proposta [que foi

aprovada], eu não desejo roubar nenhuma pessoa do crédito que lhe seja devido, mas eu posso dizer que nem os cavalheiros sentados nos bancos em frente a mim [a oposição], nem os cavalheiros que estão aqui comigo [o seu partido], nem eu mesmo, eu digo nenhum de nós, nenhum dos partidos, têm direito ao mérito. Houve uma combinação de partidos e a combinação de partidos junto com a influência do governo, levou ao sucesso da medida. Mas senhores, há um nome que deve ser associado com o sucesso dessa medida. Não é o nome de um nobre lorde nem é o meu nome. Senhores, o nome que deve ser e que será para sempre associado ao sucesso dessa medida é o nome de um homem que, agindo por motivos puros e desinteressados, advogou essa causa com energia. Apelou para a razão. Expressou com eloquência, eloquência que deve ser ainda mais admirada porque direta e não adornada. O nome que sempre será associado ao sucesso dessa medida é o nome de Richard Cobden”.

O Robinson Crusoe sentado na pedra. Aquele que sozinho começou a luta e fundou a *Anti-Corn Law League*. Isso é uma lição do poder do indivíduo e da força que as pessoas têm quando acreditam em uma ideia. Em 1846, no dia 16 de maio, a revogação das *corn laws* na Inglaterra abriu o mercado de comida. O preço do trigo que chegou, no ápice da crise, a 65 schilling, em 15 anos, caiu para 25, com a importação. Uma grande lição sobre protecionismo de mercado.

Esses são os quatro momentos que eu queria tratar hoje: o surgimento do liberalismo com Locke; o iluminismo escocês; a revolução americana e a revogação das *corn laws*.

No próximo e-book, abordaremos a independência dos países da América Latina, o abolicionismo com foco no Brasil, a Segunda Guerra Mundial; o Movimento dos direitos civis e a queda do muro de Berlim.

PERGUNTAS:

- 1) No que diferenciar o pensamento liberal do anarcocapitalismo? Qual a diferença entre liberais e libertários?

Conforme já mencionei, não gosto de teorizar acerca do que é ou não liberalismo. Eu gosto de olhar para a história do liberalismo e para questões mais palpáveis. Existem, hoje, certamente, umas três ou quatro correntes, se não mais, de liberalismo.

O liberalismo clássico, normalmente vinculado a Hayek, Locke e que respeita Adam Smith. Os libertários que, dependendo da classificação, podem incluir os anarcocapitalistas. Os anarcocapitalistas também podem compor uma categoria própria. Para mim, os anarcocapitalistas diferem dos libertários. Os libertários costumemente defendem que o único espaço legítimo do governo é a justiça, a segurança externa e a política. É o grupo a que os anarcocapitalistas chamam de minarquistas. Qualquer atuação fora de administração de justiça, segurança externa e policiamento, transforma o Estado em tirânico. Os anarcocapitalistas, por sua vez, afirmam que a própria existência do Estado é tirânica. A frase mais famosa dessa corrente é: imposto é roubo.

Eu afirmo que os anarcocapitalistas não estão enquadrados no liberalismo porque contradizem Locke, Smith, Hayek e uma série de outros pensadores como Hume e Ferguson, pensadores liberais da tradição clássica. John Locke não escreveu o tratado sobre o estado de natureza, aquele em que não há governo, mas sim o tratado sobre o governo civil. Isso significa que há governo. Uma frase clássica dele é: onde não há lei, não há liberdade. E onde não há governo, não há lei. Então, há uma relação direta entre a existência do governo como garantidor da liberdade. Há uma necessidade da existência do Estado como garantidor das leis, como juiz e como executor da justiça.

Isso pode ser conciliado com a visão libertária, mas é inconciliável com a visão anarcocapitalista.

Outro ponto, que é uma concepção do Ricardo. Eu chamo o anarcocapitalismo de “A grande hipótese”, porque eu sou empirista. Nunca houve uma sociedade que resistiu a uma invasão estrangeira organizada sobre esse princípio. Isso nunca

aconteceu na história. O anarcocapitalismo é racionalismo. Você propõe uma situação a um anarcocapitalista: uma pessoa mata outra. Não há Estado. Sobre que lei será julgada? Quem julgará? Quem executará a pena? O anarcocapitalista afirma que, com a inexistência do Estado, agências privadas vão surgir, contratualizar com algumas pessoas e, conforme seja necessário, formaram entre si uma grande agência, provendo serviços remunerados de forma que você estará protegido por uma agência, a outra pessoa por outra, e etc.. Isso é uma grande hipótese, é uma invenção do que vai acontecer.

Eu acho que existe uma outra categoria dos objetivistas, que seguem a Ayn Rand. Entendo o objetivista como uma má filosofia, mas que pode ser conciliada com o liberalismo. Os anarcocapitalistas como uma corrente de pensamento fora da tradição liberal clássica, e os libertários como conciliáveis com a tradição do liberalismo, ainda que radicais em alguns aspectos.

2) Hobbes influência de alguma maneira o pensamento conservador? E Robert Filmer e outros absolutistas influenciam de alguma forma o absolutismo de Estado socialista e a dialética hegeliana?

Filmer não influencia o Estado socialista. Filmer faz uma narração do absolutismo diretamente cristã, baseada na Bíblia e em um hipotético testamento de Adão e Eva para seus descendentes. Hobbes seguramente influenciou pelo menos uma vertente do pensamento socialista. É uma inversão da pergunta, o Filmer influenciou mais o pensamento conservador e Hobbes, o pensamento socialista pela teoria do contrato social que é também fundamento de Jean Jacques Rousseau. Os conservadores e vários liberais rejeitam a teoria do contrato social, embora Locke se assente nela. De novo, Locke escreveu no século 17. Temos sempre que colocar em perspectiva o quando e com quem a pessoa estava falando. Julgar Locke e Adam Smith em termos modernos é uma injustiça. Hobbes influenciou mais, através de Rousseau, o pensamento socialista, e Filmer o pensamento conservador.

4) Primeiro Tratado sobre Governo Civil de John Locke foi uma refutação às ideias de Filmer?

Sim. Sem ler Robert Filmer é difícil compreender do que John Locke está falando. O Primeiro Tratado refuta o livro do Filmer chamado "Patriarca", em que diz que o rei era o pai da pátria, o chamado patriarcalismo. Esse patriarcalismo transferia o direito de reinar desde Adão até o rei atual. Locke rejeita no "Primeiro Tratado sobre Governo Civil" o patriarcalismo de Filmer. No primeiro capítulo do "Segundo Tratado

do Governo Civil”, que é breve, explica que, ao refutar o patriarcalismo, sente-se no dever de expressar como o governo deve funcionar, quais são suas verdadeiras causas maiores, sua razão de ser. Ou seja, propõe sua teoria do que é o Estado e quais seus limites.

5) De onde vem essa união liberal atual entre a política progressista e o livre mercado?

Eu não vejo essa união entre a política progressista e o livre mercado, a não ser que incluamos uma quinta categoria nas correntes liberais chamada *left lib*. Eu não considero isso parte do pensamento liberal. De novo: liberalismo não é uma teoria econômica, liberalismo é uma teoria política. O sujeito pode achar que livre mercado é bom ou ruim, isso é uma convicção econômica do que é melhor ou não. Isso deriva de uma visão da ciência econômica, isso é economia. Essas pessoas têm uma visão progressista da sociedade, de pautas sociais. A minha pergunta para saber se ele é liberal ou não é: você acha que o Estado deve impor uma pauta social, seja ela qual for? Se a resposta for sim, essa pessoa não é liberal. Seja a pauta social que for. Para um liberal, o Estado não deve se imiscuir em moral. Isso é liberalismo. Não é a questão de qual a pauta boa para o Estado defender.

Se minha memória não fala, é no livro “Liberalismo” que Mises propõe que o Estado nazista tinha uma carga moral maior do que qualquer outro, porque impunha uma visão moral, era um Estado totalitário. Com isso, é claro, não está afirmando que o Estado nazista apresenta a moral mais adequada, mas sim que o Estado carrega uma agenda moral para impor à sociedade. Isso é antiliberal. Independente da forma como esses progressistas defendem o livre mercado, se defendem a participação do Estado em assuntos morais, isso não é liberalismo.

No “Ação Humana”, Mises aborda a questão do polilogismo, que é achar que existe uma razão relacionada a uma concepção coletivista. O Feminismo, por exemplo. As mulheres são percebidas como parte de um determinado coletivo. Todas as mulheres, por integrarem esse coletivo, precisam pensar de determinado jeito, por serem mulheres. Isso, em termos de estrutura filosófica, é exatamente a mesma coisa que dizer que o proletariado tem que ter uma consciência de proletário. Isso é polilogismo: há uma lógica para cada segmento da sociedade.

A esquerda atual repete isso constantemente com grupos dos quais se apropria para fazer proselitismo político. O feminismo exacerbado é resultado disso. Por isso, o homem não pode falar sobre violência doméstica, porque é homem. Essa

é uma lógica própria, exclusiva, de um determinado coletivo e isso é antiliberal por excelência. Os liberais entendem que os coletivos não são mais do que a soma de indivíduos. O coletivo não existe no sentido ontológico, o que existe são pessoas, os indivíduos. Advém disso o verdadeiro individualismo que os liberais defendem. Não é o egoísmo rayndiano. O que os liberais defendem como individualismo é o individualismo metodológico. É um método de interpretar e de conhecer os fenômenos sociais. O indivíduo não é concebido a partir do coletivo ao qual pertence. Pelo contrário. É o coletivo que é concebido a partir do indivíduo.

Alguns grupos do *left lib* adotam uma concepção coletivista da sociedade para fazer a defesa de direitos de grupos. Do ponto de vista liberal, isso é errado, pois o liberal defende o direito de todos os indivíduos. Os grupos existem a partir dos indivíduos, não produzem os indivíduos. Isso é fundamental para compreender por que considero a *left lib*, dependendo da forma como expressa, com o problema do progressismo atual, antiliberal.

6) Qual seria a principal *corn law* brasileira a ser quebrada para fomentar o liberalismo?

A primeira coisa é o imposto de importação. Posso dar vários exemplos, como as cotas de compra no exterior, que, quando excedidas, permitem que o governo tribute em 100% os produtos. Insanidades brasileiras. Melhoramos em alguns aspectos. Nos anos 1980, existia o Cobra, computadores brasileiros, que detinham o monopólio. Importar um computador da IBM era uma verdadeira fortuna. Isso produziu atraso tecnológico do país.

Outro ponto importante de mencionar é que quem faz comércio internacional não são os governos. Não é o Primeiro-Ministro da Holanda que telefona para o Presidente do Brasil e faz uma encomenda de carne bovina. Quem faz comércio internacional são pessoas, empresas, em um país e em outro. Qual a resposta liberal para isso: pode o governo impedir uma pessoa de comprar de outra porque está em outro país? É claro que não.

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

MISES, Ludwig. Liberalismo. *Segundo a tradição Clássica*.⁵

LOCKE, John. O Segundo Tratado sobre o Governo Civil.⁶

MERQUIOR, João Guilherme. Liberalismo. *Antigo e Moderno*.⁷

CONSTANTINO, Rodrigo. Uma luz na escuridão.

LLOSA, Mario Vargas. A chamada da Tribo. *Grandes pensadores para o nosso tempo*.

MCCLELLAN, James. Liberty, Order, and Justice. *An Introduction to the Constitutional Principles of American Government*.

FERLING, John. Almost a miracle. *The American Victory in the War of Independence*.

JUNIOR, Donald Stuart. O que é liberalismo.

⁵ Introdução ao pensamento liberal.

⁶ O ideal seria ler o primeiro e o segundo tratados do governo civil, mas o primeiro é muito chato. Por isso, eu recomendo a leitura do segundo. O primeiro é interessante porque contextualiza com quem John Locke estava debatendo.

⁷ Para quem deseja uma definição mais profunda de liberalismo.